

DESOBEDECER À EUROPA DA TROIKA

LINHAS DE FORÇA PARA A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DO BLOCO DE ESQUERDA ÀS ELEIÇÕES EUROPEIAS

Vivemos uma crise sem fim à vista. Essa crise tem dois fatores determinantes.

Em primeiro lugar, a poucos meses do final do primeiro programa de ajustamento (2011-2014), é evidente que a política de austeridade é incapaz de resolver a recessão e recuperar a economia e o emprego, como também que este programa tem sido o instrumento para a destruição dos direitos do trabalho. Estamos agora pior do que estávamos no início do programa da troika, assinado por PS, PSD e CDS. A devastação provocada pela crise reforça sintomas de degradação democrática e subversão do próprio regime constitucional: sob a troika, todos os Orçamentos de Estado têm sido inconstitucionais.

A Europa social traída pela União Europeia.

Em segundo lugar, a União Europeia foi prometida como uma convergência económica que aprofundasse o chamado Estado social, a proteção e segurança social e serviços públicos universais que o país construiu. Mas as suas instituições, regras e poderes promovem o absoluto contrário dessa promessa.

A Comissão Europeia, com os governos através do Conselho Europeu, impõe agora a Estados soberanos um caminho de empobrecimento, compressão dos direitos sociais e destruição do emprego. A política de austeridade está a destruir a Europa e Portugal faz parte do grupo de países que sofre as suas piores consequências.

A Europa dos povos deve derrubar esta União Europeia.

Os tratados que foram constituindo esta União - o Tratado de Lisboa e o Tratado Orçamental, incluindo a arquitetura da moeda única - garantem o predomínio de um diretório ao serviço do governo alemão e dos interesses da finança e são forças de bloqueio contra qualquer forma de defesa dos povos. Esta estrutura configurada pelo Tratado de Maastricht é irreformável e a esquerda europeia só pode juntar forças para a enfrentar, porque a quer vencer. A urgência é deixar o povo votar em referendo o programa da troika, cuja síntese está no Tratado Orçamental.

A ruptura com a União Europeia da austeridade exige a construção de um amplo movimento popular à escala nacional e europeia. A ascensão do Nacionalismo e da extrema direita mostra que só a solidariedade internacional dos povos pode mudar a relação de forças à esquerda.

À Europa da finança e do diretório respondemos com a exigência da Europa dos povos e da democracia, uma

Europa que hoje deposita as suas suas esperanças numa ampla aliança das mobilizações da chamada “periferia” do sul europeu - Grécia, Itália, Estado espanhol e Portugal.

Defender o povo português.

Este é, por isso, um tempo de urgência e responsabilidade para defender o povo dos ataques da Comissão Europeia e dos Tratados que obrigam à austeridade perpétua.

Sem alternativas que rompam com a austeridade, o pós-troika será apenas mais troika, seja como segundo resgate, programa cauteloso ou regresso aos mercados. Em absoluta convergência, o Partido Socialista e o governo PSD/CDS recusam a renegociação dos montantes da dívida e querem aplicar o Tratado Orçamental. Isso significa destruir o Estado Social e negar qualquer instrumento de saída da crise.

A defesa dos trabalhadores e pensionistas exige uma batalha europeia contra os poderes que têm vindo a destruir o Estado Social, que sustentam o governo da austeridade, que protegem as vantagens rentistas, que buscam a privatização da educação, da saúde e da segurança social, que impõem leis laborais para multiplicar a exploração do trabalho.

Assumir as alternativas.

Definir alternativas na Europa exige hoje uma reflexão e mobilização para oito políticas essenciais que resgatem a democracia e libertem o país da chantagem do diretório europeu:

Recusa da ditadura da dívida, com a imposição da sua reestruturação e da eliminação do seu peso sobre a economia; na falta dessa renegociação, o Estado português deve impor uma moratória unilateral sobre a dívida detida pelo capital financeiro, preparando o país para todas as consequências deste caminho;

Ativação de políticas económicas contra-cíclicas, de crescimento e emprego, combatendo as assimetrias e penalizando os excedentes sistémicos dentro da zona euro, rejeitando o Tratado Orçamental e a imposição de mais sacrifícios em nome do euro;

Políticas fiscais ativas, taxando o capital, o património de luxo e a especulação bolsista e imobiliária;

Devolução dos salários e pensões e rejeição da austeridade;

Proteção dos bens públicos, anulação da privatização dos serviços essenciais e adoção de políticas determinadas de recuperação do comando da economia, nacionalizando a finança e a energia;

Fim da perseguição aos cidadãos pelo *Big Brother* das escutas dos serviços secretos e da NATO, da criminalização da opinião pública e da repressão contra os movimentos sociais;

Abertura à imigração e respeito dos imigrantes,

Rejeição do Tratado de cooperação transatlântica com os Estados Unidos, protegendo o direito nacional a impor normas ambientais e sociais no controlo da atividade económica.

As eleições europeias são para romper com a austeridade.

Esta batalha europeia precisa de força. Tem, pela sua frente, inimigos poderosos: Partido Popular Europeu, Partido Socialista Europeu, Conservadores, Liberais e Verdes Europeus aprovaram os tratados que esmagam o país. Agora, todos eles se apresentam a eleições pedindo uma solução federalista, ou seja, o reforço das políticas da austeridade exercida agora por um governo europeu e um Estado europeu que subordine Portugal e outros povos e Estados. Não discutem soluções para Portugal e para os trabalhadores, antes exigem mais poder para o *diktat* de Angela Merkel na Europa, alegando que isso melhoraria a austeridade. Essa proposta serve apenas a finança e a sua liderança, Merkel. Não há res-tícia de democracia nesta resposta, apenas ameaça contra os povos.

As linhas de força enunciadas neste documento são o ponto de partida para a construção do compromisso do Bloco de Esquerda nas eleições europeias de Maio próximo. Apresentamo-las com clareza: no debate sobre as alternativas é necessário muito esforço para propostas mobilizadoras e respostas concretas, não há lugar a ambiguidades.